

(Des)Conhecida História de Maringá: Novas Possibilidades Temáticas

João Laércio Lopes Leal*

Resumo: O artigo em questão trata do modelo consagrado para explicar a história de Maringá, que possui em sua estrutura um modelo reducionista de análise. Ao mesmo tempo, propõe novos temas, bem como formas alternativas de pensar Maringá.

Palavras-chave: Maringá, História de Maringá, Cidades, Paraná.

A maioria dos textos históricos escritos sobre Maringá até os dias atuais tem algumas características merecedoras de destaque. Invariavelmente consagram o modelo trinômico Café/Companhia/Pioneiro, como se inexistissem outras dimensões para serem enfocadas. Quando abordadas outras áreas, elas acabam desaguando no mar dessa tríade, constituindo-se numa espécie de camisa de força da história local.

Visto de forma diferente, a predominância desse formato explicativo referenda a opção pelos campos da política e da economia, setores privilegiados pelos estudiosos, que acabam desprezando ou relegando a plano secundário assuntos como religião, sociedade civil, cultura, educação, meio ambiente etc. Se não bastasse a monotematização, tem-se também a visão edulcorada impressa na história de Maringá, como se a cidade, na sua gênese e desenvolvimento, fosse a reedição do paraíso terrestre.

As pessoas – jornalistas, políticos, historiadores, geógrafos, sociólogos, publicitários e mais um punhado de categorias responsáveis por imprimirem essa imagem da história do município – auferiram com competência a disseminação de sua proposta narrativa. É praticamente impossível pensar a trajetória temporal de Maringá sem obedecer ao ditame cronológico imposto pelos entusiastas da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, ou pela própria empresa. Nesse sentido, o livro de autoria do jornalista Rubens Rodrigues dos Santos, publicado em 1975, por encomenda da Companhia, para comemorar seu cinquentenário, consagra-se como um tipo de bíblia para os amantes da ação capitalista colonizatória.

Provavelmente essa obra seja a líder em citações e consultas por parte dos que se dedicam a estudar o norte do Paraná. Concebida como autoelogio das atividades da empresa, contém valiosas informações históricas, úteis por facilitarem o entendimento do processo de colonização do setentrão

paranaense. Evidentemente, o tom laudatório corrobora o sentimento dos formadores de opinião, que encontram no texto a justificativa de suas bajulações e exaltações ante a instituição privada.

Com exceção de alguns trabalhos acadêmicos de caráter questionador, a ideia corrente converge no sentido de ver a CMNP como formadora e indutora solitária no empreendimento chamado Maringá. Simplesmente foi expurgado o papel desempenhado pelo poder público na construção do município, em especial na década de 1940. Sabe-se, até o momento, que pelo menos três instituições estatais atuaram efetivamente nessa área em sua fase pré-municipal. São elas: o Departamento de Estradas e Rodagens- DER (estadual), o Posto Agropecuário de Maringá, pertencente à 7ª Zona Agrícola de Londrina (estadual) e a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima- RFFSA (federal).

Se não bastasse a ausência, nas narrativas históricas, desses órgãos públicos, ignoram-se solenemente as iniciativas desferidas por Londrina, Apucarana e Mandaguari, municípios mandatários de Maringá em suas fases patrimonial e distrital. Com base nos relatos oficiais, até parece que a empresa de colonização não precisava prestar contas de seus atos, agindo por conta própria e risco. Isso não é verdade, pois, na fundação do núcleo urbano embrionário de Maringá (1942), o assim chamado Maringá Velho, a autorização de tal ato foi expedida pelo prefeito municipal de Londrina, o Sr. Miguel Blasi, inclusive presente, juntamente com sua equipe, na famosa fotografia que registra a instalação do povoado. Há também o episódio envolvendo a liberação do alvará de licença para a execução do plano

urbanístico de Maringá, projetado por Jorge de Macedo Vieira. Esse documento foi enviado pela prefeitura de Apucarana em 1945, e só a partir disso a Companhia pôde efetivar o desenho no solo.

Nas únicas situações em que o poder público é considerado figura integrante do universo colonizatório, ele aparece como estorvo ou empecilho ao desenvolvimento pleno. Essa observação evidencia-se em dois momentos: na implantação da subprefeitura de Mandaguari em Maringá, no ano de 1948, e quando, na mesma data, fundou-se a Recebedoria de Rendas Estaduais. A impressão transmitida confere a tais órgãos o papel de “penetras” na festa particular da iniciativa privada. Participação indesejada, além de fonte geradora de revolta pela necessidade de se deslocar até Apucarana ou Mandaguari a fim de obter a aprovação dos projetos de edificações prediais.

A mesma lógica aplica-se ao domínio absoluto da cafeicultura em meio à literatura histórica centrada na produção agrícola de Maringá e região. Nesse caso, o problema é mais sério e abrangente, já que existe uma tradição na historiografia brasileira que aponta o norte do Paraná como área resultante do avanço do café em território nacional, começando na baixada fluminense, adentrando o vale do Paraíba e oeste paulista, e finalmente atingindo o setentrião paranaense. O princípio básico consiste em definir o café como expansor de fronteiras, não raro alcunhado de “General Café”. Essa visão cafecêntrica encontra respaldo em dois livros clássicos sobre o tema em tela: *A formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*, de Pedro Calil Padis, e *Cafeicultura paranaense: 1900/1970*, de Nadir Aparecida

Cancian. Isso para ficarmos somente com esses dois exemplos, entretanto existem centenas de títulos que comungam essa ótica.

O fator complicante do viés economicista utilizado por esses autores é o descarte total, em suas análises, do elemento social, político e cultural, principalmente ao se debruçarem sobre o movimento migratório. Segundo tal enfoque, o deslocamento das pessoas no espaço acontece eminentemente por motivos econômicos. Nessa situação, o café seria o chamariz principal da massa migratória, ignorando-se os aspectos diferentes.

Em se tratando de Maringá, a fórmula generalizante não se coaduna com a realidade. Constata-se, por meio de pesquisas documentais escritas e orais, que a rubiácea não reinava soberana nas lavouras da região, dividindo espaço com as culturas intercalares ou de subsistência, como milho, feijão, arroz, mandioca e batata. Esses produtos não eram comercializados em larga escala nem dirigidos à exportação, porém alimentavam a enorme população residente na área. Não foram dedicados por enquanto estudos mais profundos sobre essa modalidade na agricultura local, em razão do eclipsamento provocado pelo café.

O inconveniente de lidar com amplas regiões espaciais é acabar julgando o todo pelo particular. O município de Londrina recebeu praticamente a totalidade dos holofotes analíticos e descritivos, sobressaindo como medida padrão do norte novo do Paraná. Compreender as características históricas da “capital mundial do café” significava entender a região geral, vista como mera extensão de Londrina. Com esse raciocínio, desejamos afirmar que a cultura cafeeira tem peso maior para Londrina do que para Maringá, centro

mais processador e menos produtor. Durante as décadas de 1940 e 1950, a cidade de Maringá chegou a ter aproximadamente 70 máquinas beneficiadoras de café, operando concomitantemente.

A figura epopeica do pioneiro é mais uma construção ideológica, difícil de ser desmontada. Talvez, dentre os três componentes mitificadores da história maringaense, seja o detentor do maior potencial simbólico, superando os dois anteriores, a Companhia e o café. Isso porque hoje em dia é o único sobrevivente, pelo menos no plano material. A complexidade do pioneirismo advém do fato de ser uma ideia, um conceito. As pessoas vestiram o personagem e não fizeram, nem fazem, questão de largar.

A palavra “pioneiro” é polissêmica, dotada de numerosos significados; contudo, neste texto, basta explorar o advento do termo em Maringá, a fim de compreendermos sua evolução e posicionamento atual. Desde o decênio 1940, os migrantes abastados – proprietários de bens – e ocupantes de cargos políticos e administrativos se reconheciam na condição de pioneiros. A percepção de estar sendo o primeiro em determinada atividade numa zona pioneira, e capitalizar tal condição para ganho próprio, parece ter sido comum em Maringá.

A prova da consciência do direito de primogenitura no calor dos acontecimentos consubstancia-se num programa radiofônico chamado “A Marcha dos Pioneiros”, levado a efeito na Rádio Cultura em 1954. Tem-se também a formação da ala dos pioneiros no desfile de aniversário de Maringá em 1957, típica exibição pública da condição na comemoração de 10 anos de fundação.

Na verdade, ao criar em 1972 a lei e o diploma de pioneiro, o poder público municipal ocupava-se de formalizar um sentimento já existente, e que só aguardava a chancela oficial para completar o ciclo de consagração. A instituição governamental do *status* de pioneiro acarretará um efeito decisivo na história da construção desse título distintivo. Primeiramente, quem chegou depois de 1950 não tem direito ao mérito primaz, e a consequência mais importante é a homogeneização do agente pioneiro. A entidade pioneira não tem cor, sexo, etnia, religião, classe social e posição política. É uma tentativa de igualar a massa de indivíduos, sem atentar às peculiaridades inerentes dos migrantes em movimento.

Em termos práticos e objetivos, o manuseio ideológico do pioneirismo apaga diferenças, por exemplo, entre nordestinos retirantes e paulistas abonados, além de cair reiteradas vezes em elogios e apologias ao fato de alguém ter chegado primeiro e permanecido na cidade. O mito embriogênico é um dos sustentáculos do estado de coisas reinante em Maringá. Muitas situações se explicam ao considerar esse elemento na formação histórica do município.

Entende-se que a fórmula trinomial Café/Companhia/Pioneiro, mais do que provocar um reducionismo analítico da história maringaense e regional, também causa sensação enfadonha e insossa, pois segue um tom monocórdico, sem surpresas e descobertas reveladoras. Desposar tal modelo é empobrecer irritantemente a história de uma comunidade rica em lances e nuances. Ao longo do tempo, a hegemonia do trinômio redutor vem cumprindo exitosamente um objetivo maléfico, o de transformar uma

experiência vibrante e original em matéria incolor, insípida e inodora.

Não se trata de substituir o trinômio Café/Companhia/Pioneiro pela tríade Cultura de Subsistência/Poder Público/Migrantes. A operação de câmbio seria trocar seis por meia dúzia, não representando ganho ou avanço no sentido de ampliar os horizontes historiográficos sobre Maringá. O ideal é encarar a história do município numa perspectiva de complexidade e particularidades originais, bastando para isso portar uma visão despida de preconceitos, tanto temáticos quanto no que se refere ao uso de fontes documentais. Soma-se tudo isso com uma forte dose de criatividade ao lidar com as informações. Devem-se admitir as dimensões dos conflitos e contradições como pontos legítimos de análise e percepção, fugindo daquela abordagem redonda e macia.

Só para citar alguns pontos cegos ou nós górdios da história local, pode-se apontar a zona rural, não visitada por pesquisadores, mas detentora de elevado potencial perscrutável. A vida religiosa também se inscreve no espaço lacunar, mormente sua variação protestante, ativa em Maringá desde a década de 1940. O tema das migrações apresenta várias indagações, em especial o mito de que as pessoas provenientes do estado de São Paulo são maioria, tese não sustentável, haja vista que o estado do Paraná lidera tal *ranking*. O papel reservado às mulheres precisa ser trabalhado, caracterizando-se um campo totalmente inexplorado e por conta disso produz-se uma história eminentemente masculina. Os assuntos relativos à educação e saúde carecem de mais iluminação, estando por ora envoltos em sombras.

Apesar de ter uma infinidade de temas a serem investigados e de outros

precisarem passar por revisões, nos últimos anos alguns trabalhos *têm-se* destacado nesse panorama caótico. Podem ser citados alguns livros, como o do professor Reginaldo Benedito Dias, *Da arte de votar e ser votado*; *A igreja que brotou da mata*, do padre Orivaldo Robles; a dissertação de mestrado de Veroni Friedrich, *A política de conservação do patrimônio cultural em Maringá-PR (1987-2008)*, e as teses de doutorado dos professores Aílton José Moreli e Fabíola Cordovil, intituladas *Memórias de infância de Maringá – transformações urbanas e permanências*

rurais (1970-1990), e *Aventura planejada* – engenharia e urbanismo na construção de Maringá-PR (1947-1982), respectivamente.

Para finalizar, percebe-se a existência de esforços alvissareiros voltados à problematização da história maringaense. Não há mais espaço e clima para repetir velhos clichês solidificados pelo tempo. Acredita-se piamente que através dessa nova geração de pesquisadores a cidade de Maringá terá sua memória valorizada e inserida no devido lugar, com características e especificidades típicas.



* **JOÃO LAÉRCIO LOPES LEAL** é Historiador da Gerência de Patrimônio Histórico, Prefeitura do Município de Maringá.